

A VILA PEREIRA CARNEIRO

O ano era 1922. A Vila Pereira Carneiro entrou na história da família de meu pai, Ernesto Beltrão. Ele nasceu neste lugar, dois anos depois, em 1924, pelas mãos de uma parteira de nome Rosa. No entanto, este acontecimento nada mais era do que parte de um processo mais amplo que se desenrolava, desde meados do século anterior.

O Brasil vinha passando por muitas mudanças, entre as quais o fim da escravidão, em 1888, e a chegada da República, em 1889, eram apenas pontos numa linha de tempo, em que uma sucessão de transformações levava para o declínio do Brasil agrário-exportador em favor de outro país e, sobretudo, de outra sociedade, cujas elites urbano-industriais viriam a assumir como liderança e poder.

Meu avô Lauro Beltrão poderia, como tantos outros, ilustrar, por sua própria vida, este período de grandes transformações na história brasileira. Nasceu em Pernambuco, embora eu não saiba precisar em que município, nem em que ano. Não cheguei a conhecê-lo, nem a seu pai Thomaz Beltrão, que era dono de grande extensão de terras onde se cultivava a cana-de-açúcar, entre Olinda e Recife. Ali construiu a Usina Tacaruna, sobre a qual voltarei a registrar (quem sabe?) algum dia, alguma coisa.

Lauro estudou na Faculdade de Direito do Recife. Nunca entendi bem se ele chegou a se formar, mas sempre foi dito que sua paixão era a Odontologia, o que foi enunciado para mim, décadas mais tarde, como a razão pela qual a família teria vindo para o Rio de Janeiro, então capital do país, onde havia formação superior nesta área. Nunca saberei se foi este o motivo principal, mas sei que esta migração da família para a capital federal acompanhou-se da venda da usina e de parte das terras no Nordeste, pois os negócios com a cana já não eram tão interessantes, desde o fim da escravidão.

Seu Thomaz, meu bisavô, comprou uma grande casa, no Rio, em finais do século XIX, a que todos, em suas reminiscências, chamavam de “O Palacete”. No começo dos anos de 1970, dentro de um táxi, passamos diante dela e minha Tia Teté, irmã mais velha de meu pai, apontou para a casa, com seus argumentos sempre a favor da tese de que éramos de uma família muito “especial” ou como ela mesma gostava de frisar de “pedigree”. Nesta ocasião, a construção que ainda tinha certa beleza e imponência, abrigava a sede do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro.

“O Palacete” foi descrito, nos anos de 1960, por minha avó – Maria da Glória, a que todos chamavam de Dona Maria – como uma grande construção, com porão, várias

salas e uma grande cozinha no térreo, muitos quartos no segundo andar e, ainda, uma garagem para carros, o que era mesmo um luxo nas duas primeiras décadas do século XX. Isto era indicativo de que se tratava de uma família de posses. Minha primeira aproximação com a história da família Beltrão veio sempre por minha avó que, afinal, não chegou a viver parte dos acontecimentos que me relatava, pois entrou para a família, quando eles já estavam no Rio de Janeiro há alguns anos.

Segundo seus relatos, Lauro, que viria a ser seu marido, era o mais estudioso da família e Thomaz sentia orgulho da mudança para a capital, também por apoiar os estudos do filho em Odontologia. Este, quando formado, abriu um primeiro consultório no Rio de Janeiro, considerado “de luxo”, e um segundo mais simples, do outro lado da baía da Guanabara, em Niterói, onde mantinha uma clientela de menos posses. Pode-se dizer que já havia, então, grande integração e grande rivalidade entre as duas cidades que se olham, tendo a Baía de Guanabara as separando por precaução, como se pudessem se pegar a tapa a qualquer momento. Ele atendeu nestes dois consultórios, por meio tempo, até que o excesso de apreço a mulheres (que não a sua) o levasse para outras plagas, mas isso também é outra história.

Não sei bem precisar em que ano Lauro conheceu Maria da Glória, por meio de quem aprendi tantas histórias da família e recebi tantos ecos de um passado que não conheci, mas do qual aprendi a ter saudade. Eu tinha 13 anos de idade, quando ela morreu em 1968, com 78 anos. Deduzo, assim, que nasceu em 1890. Uso o verbo deduzir, porque antes de fazer as contas, eu sempre presumia que ela tinha nascido antes da aprovação da Lei Áurea, tal era a frequência com que, para explicar todas as crises – das econômicas às políticas e sociais – remetia-se a este fato da história brasileira, como a “grande explicação” e como se o tivesse vivido plenamente.

Sua mãe morreu com 25 anos, quando Maria da Glória ainda tinha cinco, razão pela qual passou a ser criada por sua avó a que todos sempre se referiam como Vovó Tudinha e eu não sei se, por mera suposição ou tirando alguma coisa do baú da minha memória, acho que se chamava Augusta.

Em algum momento da sua vida, Tudinha, que era minha tataravó, perdeu o marido e, tendo ficado sem ganhos regulares, estava já apreensiva com a situação, quando um dia recebeu um mensageiro de Dom Pedro II, solicitando que ela se apresentasse no Palácio do Catete. Sempre se falou que a carta recebida da casa imperial viera selada em vermelho, com a marca da coroa. Atendendo ao chamado e lá chegando fora informada que, num dos seus passeios de carruagem, o imperador ouvira um piano maravilhoso acompanhado de uma voz afinada e suave, ao passar justamente pela casa dela. Ficou feliz da vida, pelo convite que se seguiu, para que, em todos os finais de semana, tocasse no palácio principal do país, tanto pelo prestígio, como

porque a nova condição lhe salvou da penúria ou da possível situação de viver de favores de familiares.

Quando minha avó foi viver com ela, em função da morte da mãe, Tudinha já era a “grande pianista”, como todos se remetiam a ela, o Brasil já era uma república e, como continuava a exercer seu ofício, passou a levar a neta ao palácio, onde a acomodava numa cadeirinha ao lado do piano. Assim, dos cinco anos até ficar “mocinha”, como se dizia antigamente, Maria da Glória espiou, ao lado do piano de sua avó-mãe, os grandes jantares e bailes da Primeira República. Talvez isto explique seu jeito refinado de se comportar, seu apreço pelo piano, como um instrumento que “toda moça fina deve saber tocar”, como ela insistia, quando eu tinha 6 ou 7 anos, recomendando-me que não lavasse louça para não estragar as mãos.

Não sei dizer onde ela conheceu Lauro, mas todas as lembranças da família enunciadas em tantos relatos, contados aos pequenos pedaços, eram entrecortadas pela frase “Foi o grande amor da vida dela!”. Quando ficaram noivos, Lauro levou-lhe de presente um aro de marfim, para ser usado como porta guardanapo, que ele torneara no seu aparelho de dentista e no qual inscreveu por dentro, o ano deste compromisso em números romanos. Herdei de minha Tia Léa esta peça e sempre me ponho a imaginar quanto tempo terá levado Lauro para fazê-la.

Mais tarde, o que presumo ter ocorrido no decorrer da primeira década do século XX, eles se casaram e ele lhe deu de presente uma máquina de costura Singer, importada, série luxo, cujo gabinete é adornado com altos-relevos em madeira. Desde que me lembro como gente, vi-a costurar nesta máquina. No dia em que fiz 10 anos, ela anunciou solenemente que, quando morresse, eu seria a herdeira deste equipamento de grande valor afetivo para ela. Foi assim que fiquei com os dois presentes mais bonitos, que Lauro deu a Maria da Glória. A história que se seguiu ao casamento, foi mais de ressentimentos do que de grandes lembranças, razão pela qual estes presentes marcaram o único período de sorrisos para a vida do casal.

Thomaz teve três filhos homens e uma mulher, mas não sei em que ordem nasceram: Lauro, Rubens, Adhemar e Cora. Além de meu avô que fez duas faculdades, outro entre os homens estudou medicina. Não sei se foi Rubens ou Adhemar, mas sei que este último sempre foi reconhecido pela família como um “revolucionário”, pois volta e meia estava metido em movimentos de protestos aqui e ali.

Adhemar, todos diziam, não tinha muito juízo e uma vez chegou à “repartição” onde tinha um emprego público que as boas relações de seu pai lhe garantiu e pediu exoneração, o que comunicou solenemente à família durante o jantar, como

se esta fosse uma grande decisão, com a justificativa de que tinha que fazer uma longa viagem até encontrar as efetivas origens da família, pois queria regressar com a árvore genealógica dos Beltrão devidamente desenhada. Ficou anos sem dar notícias e deixou sua mulher costurando para fora para sustentar os filhos. Voltou triunfante porque, segundo suas pesquisas, éramos descendentes de Tiradentes.

Tinha ele lá suas explicações (quase) científicas e suas anotações feitas a partir de documentos que consultou em Pernambuco e em Minas Gerais, chegando à conclusão que tendo sido os herdeiros do líder da Inconfidência Mineira excomungados até a quarta geração, não podendo utilizar o sobrenome do herói enforcado, foram sendo registrados, nas décadas seguintes, como Fulano, Beltrano, Sicrano, dos quais viria o Beltrano, o Beltran e o Beltrão, gerações depois, como forma de apagar a marca desta condição de serem pessoas sem nome de família, como eram reconhecidos todos que usavam os três “codinomes”, que, nos séculos XIX e XX, seria o mesmo que dizer “qualquer um”.

Quando esta árvore genealógica foi feita pelo Tio Adhemar, como papai o chamava, eles já tinham passado pelo ano de 1922, com o que comecei este texto o qual, depois de tantas idas e vindas, volta ao ano que lhe dá origem. As duas ou três décadas em que Família Beltrão viveu no Rio de Janeiro, em “O Palacete”, foram suficientes para dilapidar o patrimônio que arremataram com a venda de parte do patrimônio familiar, em Pernambuco. Isso aconteceu, em parte, porque se mantinha um padrão de vida com certo luxo e, em parte, porque cada um dos filhos que se casava passava a viver na grande casa, sem efetivamente, apesar dos consultórios de meu avô, e dos bons empregos públicos de meus tios avôs, contribuir com aportes suficientes para as grandes despesas com empregados; com colégios caros, como os que os netos mais velhos estudaram; com a manutenção do carro importado; com o pagamento dos fartos lanches na Confeitaria Colombo, onde sempre iam aos sábados; com as travessias em barco particular para passar as tardes na Ilha de Paquetá aos domingos.

Meu bisavô Thomaz resolveu, então, vender “O Palacete” e comprar duas casas menores, ambas descritas como sendo também de muito bom padrão. Numa delas, foi morar com minha bisavó e a outra deu de presente para sua filha Cora que era, segundo todos os relatos, a preferida.

Viu-se na situação de prover habitação de alguma forma para os três filhos homens, no que lhe ajudou as boas relações que tinha desde os tempos faustos. O Conde Pereira Carneiro, dono do Jornal do Brasil, seu amigo pessoal, tinha, então uma vila de casas e cedeu três, dizendo-lhe que jamais cobraria aluguel ou impostos em compensação às ajudas que meu bisavô sempre concedera ao jornal, em tempos anteriores.

Já casados, os três irmãos se mudaram, em 1922, para a Vila Pereira Carneiro. Lauro, Maria da Glória e os cinco filhos já nascidos – Mário, Laura, Cora, Thomaz e Lea – ocuparam a casa 31 desta vila até o ano de 1932. Assim sendo, meu pai, sexto filho deste casal, já nasceu nos tempos de “vacas magras” não tendo tido a oportunidade nem de experimentar os anos anteriores e nem de conviver com os avós como seus irmãos haviam tido.

Todas as histórias da infância de meu pai tinham como cenário a Vila Pereira Carneiro. Neste ambiente urbano, situado em Niterói, ele cresceu, brincando nas ruas com meninos que eram filhos dos empregados do Jornal do Brasil. Neste cenário, viu “Dr. Lauro” deixar a casa e a família, para ir viver com Alzira, de quem meu pai guardava péssimas lembranças até morrer, tanto por ter lhe roubado o direito de conviver com ele, de frequentar seu consultório, que meu pai achava lindo com todos aqueles equipamentos motorizados, como pelo duro fato de terem ficado na “rua da amargura”, ou seja, sem um tostão para viver.

Não havia o divórcio, não havia o direito à pensão e os avós já estavam sem dinheiro algum para ajudar a nora e compensar a atitude impensada do filho de constituir outra família, num subúrbio qualquer. Assim, com sete anos, meu pai, que todos tratavam na fase adulta por Seu Beltrão, foi o escolhido para vender com sua irmã Léa, quatro anos mais velha, as gostosas cocadas brancas que minha vó preparava todas as manhãs. Era, para ele, um drama: nada mais de brincadeiras pela rua, porque agora era preciso voltar com o tabuleiro vazio e o “dinheiro contadinho”, conforme o número de cocadas dispostas para o comércio no começo da tarde.

Consultando o “Google”, encontrei várias referências à Vila Pereira Carneiro, que hoje, numa Niterói muito mais extensa, está situada na área pericentral. Não se trata mais de uma vila residencial operária, como tantas outras que as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX viram nascer nas maiores cidades do país. Hoje este tipo de *habitat* vem sendo muito valorizado, as casas são totalmente reformadas por dentro, mantendo-se integral ou parcialmente as fachadas que passam a ideia de uma vida de vizinhança bem integrada, mas é provável que as crianças já não brinquem sozinhas em suas vielas.

Olhando a imagem de satélite atual, pensei em, na próxima vez que fosse ao Rio de Janeiro, atravessar a baía, visitar a vila e procurar pela casa 31. No entanto, estou em dúvida se prefiro ter esta experiência ou continuar a ter saudades de um passado que não vivi, guardando na memória apenas as imagens que fui construindo, à medida que as histórias me foram sendo contadas.

Dezembro de 2014

Carminha Beltrão